

Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

de Azevedo, Sergio; Tonella, Celene; de Souza, Joseane
Cultura Política e Polos Regionais: comparando Campos dos Goytacazes (RJ) com
Maringá ampliada (PR)

Ciências Sociais Unisinos, vol. 51, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 222-236
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93841498013>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Cultura Política e Polos Regionais: comparando Campos dos Goytacazes (RJ) com Maringá ampliada (PR)

Political culture and Regional Poles: Comparing Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro State) with Maringá expanded (Paraná State)

Sergio de Azevedo¹
azevedo.sergio@uol.com.br

Celene Tonella²
ctonella@uol.com.br

Joseane de Souza³
joseanadesouza.souza@gmail.com

Resumo

O artigo analisa em perspectiva comparada as semelhanças e diferenças entre a cultura política da população residente em Campos dos Goytacazes (RJ) e em 'Maringá, Paiçandu e Sarandi', conjunto de municípios que denominamos Maringá ampliada. Na análise comparada entre os Polos Regionais, são priorizadas duas grandes questões teóricas que unificam a proposta deste trabalho. A primeira corresponde ao conjunto de preocupações clássicas relativas ao funcionamento da democracia e da participação dos cidadãos na vida pública. A segunda se refere aos impactos que os processos de mudanças, diferenciação e trajetória de vida impactaram, em diferentes grupos, valores pessoais que apresentam, de formas distintas, um arco que vai do conservadorismo tradicional até a legitimação de novos hábitos e postura.

Palavras-chave: cultura política, polos regionais, democracia.

Abstract

The article analyzes in comparative perspective the similarities and differences between the political culture of the population resident in Campos dos Goytacazes (RJ) and Maringá, Paysandú and Sarandi, set of municipalities that we call Maringá magnified. On the comparative analysis between the Regional Poles two major theoretical questions that unify the proposal of this work are prioritized. The first corresponds to the classical concerns relating to the operation of democracy and citizens' participation in the public life. The second refers to the impacts that the processes of change, differentiation and trajectory of life impacted in different groups, personal values that present, in different ways, an arc that goes from traditional conservatism to the legitimization of new habits and posture.

Keywords: political culture, regional poles, democracy.

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Laboratório de Gestão e Políticas Públicas. Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, 28013-602, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

² Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Av. Colombo, 5790, bloco H-12, sala 1, 87020-900, Maringá, PR, Brasil.

³ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Laboratório de Gestão e Políticas Públicas. Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, 28013-602, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Introdução

Na análise comparada da Cultura Política entre os Polos Regionais de Campos dos Goytacazes e de Maringá ampliada, são priorizadas duas grandes questões teóricas que unificam a proposta deste trabalho. A primeira pode ser sintetizada no tema da participação e democracia, por meio do qual se pretende abordar as relações do cidadão com o Estado de acordo com um conjunto de preocupações clássicas relativas ao funcionamento da democracia e da participação dos cidadãos na vida pública, a partir da análise do associativismo e mobilização política das populações desses dois Polos Regionais.

A segunda questão teórica se refere aos impactos que os processos de mudanças, diferenciação e trajetória de vida nos dois polos regionais impactaram, em diferentes grupos, valores pessoais que apresentam, de formas distintas, um contínuo arco-íris que vai do conservadorismo tradicional até a legitimação de uma miríade de novos hábitos e postura.

A partir dessas considerações, o artigo foi dividido em quatro seções. Na primeira, são realizadas algumas considerações teóricas sobre cultura política e cidade, enfatizando algumas das idiossincrasias dos Polos Regionais. A segunda seção faz uma breve caracterização do crescimento e das especificidades dos polos que serão analisados, bem como da metodologia de pesquisa utilizada. As duas seções subsequentes são dedicadas à apresentação dos resultados da pesquisa comparativa, sendo que, enquanto a terceira aborda as especificidades culturais a partir dos indicadores sobre associativismo e mobilização sociopolítica, a quarta é voltada exclusivamente para a análise do grau de conservadorismo nos dois polos regionais. Por fim, na última seção, são feitas algumas considerações à guisa de conclusões.

Cidades e cultura política

Os resultados obtidos em pesquisas realizadas nos últimos anos pelo Observatório das Metrópoles sobre o padrão de segregação das metrópoles brasileiras indicam que elas exprimem, de maneira nítida, na sua territorialidade e sociabilidade, a crise do modelo híbrido de interação social, com fortes efeitos sobre a ordem urbana brasileira. Ou seja, as metrópoles brasileiras vivem uma conjuntura histórica na qual esse padrão vem sendo transformado sob o impacto de vários processos de mudanças culturais e políticas, fato assinalado por diversos autores (Santos Jr. et al., 2004).

De um lado, os valores igualitários e competitivos são difundidos na sociedade, seja pela universalização da escola pública, seja pela nova dinâmica econômica gerada pela globalização, que clama a todos que se tornem consumidores, seja ainda pela difusão de uma cultura que reforça os direitos de cidadania.

Neste estudo sobre a análise das atitudes sociais, parte-se da hipótese de que haveria um "efeito-metrópole" sobre o exercício da cidadania política. Em outras palavras, uma vez controladas variáveis clássicas, como nível de escolaridade, de renda, de

gênero, de faixa etária, etc., poder-se-ia isolar um fator residual (formado pelas múltiplas interações de inúmeros *issues*) disponível em maior escala nas grandes metrópoles, mas também na nossa acepção – ainda que em menor escala – nos Polos Regionais – capaz de permitir a gestação e a expansão progressiva do que se poderia denominar de Nova Cultura Política (NCP).

Pelas análises dos autores que defendem esse enfoque, entre os quais se enquadram Cabral e Silva (2006), essa NCP, segundo nossa leitura, associaria valores pós-modernos, com ênfase na defesa dos direitos individuais, na maior tolerância para diferentes padrões de comportamento, na abertura para experimentação no plano individual, no menor grau de subordinação às normas preconizadas pelo Estado, via de regra acompanhadas de certo conservadorismo no nível de políticas econômicas.

Segundo Clark e Hoffmann-Martinot (1998), a NCP se caracterizaria por sete elementos-chave: (i) modificação da dimensão clássica entre direita e esquerda; (ii) separação explícita das questões sociais e econômico-fiscais; (iii) maior importância para as questões sociais decorrentes da exacerbada desigualdade sociocultural do que para as demandas econômicas; (iv) crescimento paralelo do individualismo de mercado e da preocupação social; (v) questionamento ao Estado de Bem-Estar Social; (vi) emergência de políticas centradas em questões-chave e ampliação da participação cidadã, por um lado, e declínio das organizações políticas hierárquicas, por outro; (vii) defesa fervorosa das concepções da NCP entre as sociedades menos hierárquicas e os indivíduos mais jovens, mais instruídos e os que vivem mais confortavelmente (Clark e Hoffmann-Martinot, 1998).

No Brasil, a clivagem "direita versus esquerda" somente faz sentido para a pequena parcela da população altamente politizada. A maior parte da população se moveria, segundo Fábio Wanderley Reis, por meio da chamada "Síndrome do Flamengo", entre um "Nós" (políticos mais identificados com a maioria da população) e "Eles" (representantes não fortemente vinculados ao "povão"). No caso brasileiro, as demandas sociais baseadas em objetivos redistributivos permanecem pressionando fortemente a política econômica e fiscal, tendo em vista o grau da carência de equipamentos de consumo coletivo e as desigualdades sociais que vigoram em nosso país. Da mesma forma, as necessidades econômicas tradicionais, voltadas para a reprodução social, permanecem tendo uma grande relevância na agenda política.

Ressalte-se, ainda, que o Brasil não conheceu um Estado de Bem-Estar Social que se aproximasse de nenhum dos que foram criados nos países desenvolvidos ocidentais no pós-guerra. Ao mesmo tempo – sem descartar a importância e a potencialidade dos governos locais –, percebem-se, nos últimos anos, por um lado, o revigoramento da crença no planejamento público e, por outro, uma crescente corrente que inclui estudiosos da questão federativa e lideranças políticas que criticam a postura neolocalista – ou seja, de um municipalismo exacerbado, em que a descentralização é vinculada mecanicamente à democratização e à eficiência da máquina pública.

Por outro lado, a análise da história brasileira sugere maior cautela nessa dicotomia entre mobilização e associativis-

mo, possibilitando formular a hipótese da existência de vínculos não negligenciáveis entre esses dois processos, especialmente nas áreas urbanas não metropolitanas.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto nas áreas mais urbanizadas, especialmente habitadas por setores homogêneos com maior capacidade de inserção social e econômica, tenderiam a prevalecer traços dessa cidadania pós-moderna, nas demais áreas urbanas, em contraposição, tenderiam a prevalecer os valores da cidadania clássica hegemonic do século passado, composta por suas dimensões jurídica, política e social e sua inerente fricção entre a dimensão civil (direitos individuais) e a cívica (direitos coletivos).

Em outras palavras, segundo a abordagem descrita, seria lícito concluir, como afirma Villaverde, que hoje em dia o exercício dos direitos de cidadania tende a manifestar-se de forma mais expressiva por meio da "geometria variável" da automobilização do que por meio do associativismo clássico, vinculado fundamentalmente às formas convencionais de "capital social" (Putnam, 1996).

No que diz respeito ao sistema político, Moisés (2010, p. 78) aponta que, "tanto a tradição da cultura política como aquela que valoriza o desenho e o desempenho das instituições públicas influem na relação dos cidadãos com o regime democrático". O que se evidencia é que não basta o desempenho formal das instituições, mas como esse funcionamento é captado pela sociedade. O autor, com base em análise de experiências internacionais, argumenta que:

[...] para que o sistema democrático funcione a contento, o sistema político e suas instituições fundamentais devem ser adotados de forma incondicional, não apenas pelas elites políticas, mas pela maioria dos cidadãos como parte integrante de seu pertencimento à comunidade política (Moisés, 2010, p. 85).

O envolvimento das pessoas com a vida pública bem como o formato que assumem as instituições, têm por base as atitudes, as crenças e os valores políticos, como interesse em política, confiança interpessoal e institucional, tolerância e respeito à lei. São atitudes de massa, persistentes no tempo, crescentemente consideradas pelos analistas e profissionais da política. A difícil integração de milhões de pessoas é o desafio principal que se apresenta à construção da democracia no Brasil.

São elementos que ajudam a compreender aspectos da democracia representativa, tão largamente propalada como em crise: por não ser um processo com mandato imperativo, o eleito passa a representar os interesses gerais, e não o interesse de setores. Urbinati (2006) argumenta que, apesar da estrutura eleitoral da representação não ter se alterado muito ao longo de dois séculos, ocorreu uma mudança de fundo no funcionamento e significado das instituições representativas. A partir do momento em que as eleições se tornaram elemento indispensável de legitimidade política: "Estado e sociedade não puderam mais ser desligados e o traçado das fronteiras separando – e conectando – suas esferas de ação tornou-se uma questão persistente

de ajuste e negociação" (Urbinati, 2006, p. 196). Antes de entender a participação dos eleitores meramente como um momento de autorização ao representante para realizar ações, a compreensão é que a representação carrega a percepção de como deve ser a relação entre Estado e Sociedade.

Essa perspectiva analítica ilumina o vínculo entre valores e atitudes dos cidadãos diante da democracia e dos condicionantes da vida urbana.

Uma breve caracterização dos Pólos Regionais e da metodologia de pesquisa

Campos dos Goytacazes é uma das cidades mais importantes do Norte Fluminense. Sua economia, tradicionalmente baseada na produção de cana de açúcar, passou, a partir de meados dos anos de 1970, por uma intensa reestruturação induzida pela estagnação, seguida de forte crise, do setor sucroalcooleiro. Os rumos dessa reestruturação foram determinados pela descoberta de petróleo na Bacia de Campos; pela instalação da Petrobrás em Macaé, em 1974; e pelo início das atividades de exploração mineral, em 1977. A partir desse período, a economia Campista tornou-se cada vez mais dinamizada pela atividade petrolífera.

Dentre os impactos mais notórios dessa atividade sobre a economia municipal, destacam-se as expressivas receitas de rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais): em 2013, esse município recebeu R\$1,3 bilhão, valor este que representa 29,15% da renda petrolífera dividida entre os 87 municípios petrorentistas do Rio de Janeiro; e 18,29% da renda dividida entre os 1.031 municípios petrorentistas brasileiros, o que o coloca em "situação privilegiada diante da maioria dos municípios brasileiros" (Azevedo e Fernandes, 2014, p. 198). Como efeitos indiretos, podem-se mencionar a atração que o município vem exercendo sobre empresas prestadoras de serviços especializados na área petrolífera e sobre investimentos para a implantação de mega-projetos de infraestrutura de grande impacto regional, como é o caso do complexo Industrial e do Porto do Açu.

O PIB campista apresentou uma variação real (ano-base: 2000) de R\$5,6 bilhões, em 2000, para R\$11,3 bilhões, em 2010, ressaltando-se que, em termos absolutos, os três setores produtivos apresentaram variação positiva, muito embora tenha havido redução da participação relativa do setor primário em sua composição

Excluindo-se a produção petrolífera do PIB industrial percebe-se que, na realidade, o setor terciário é o principal setor produtivo do município, o qual se destaca, regionalmente, pelo desenvolvimento e pela sofisticação de seu setor comercial e pelo desenvolvimento na prestação de alguns serviços, notadamente no ensino universitário e na área da saúde.

No que diz respeito às questões políticas, pode-se dizer que uma das consequências dessa rápida reestruturação econômica é um maior distanciamento entre as lideranças políticas e

as novas (e não organizadas) elites econômicas de fato. Isso porque as entidades tradicionais dos empresários locais continuam sendo o *locus* organizado de interação com os representantes políticos que atuam na cidade (vereadores, deputados estaduais e federais). Embora ocorra um lento movimento de ingresso de parte dos empresários recém-chegados nas associações patronais, a elite tradicional ainda mantém ampla hegemonia política.

Sua população aumentou de 407.168 habitantes, em 2000, para 463.731 habitantes, em 2010, tendo crescido a uma taxa média anual de 1,31% (Tabela 1).

Os municípios que compõem a Maringá ampliada fazem parte da frente de expansão de meados do século XX, conhecida como Norte Novo do Paraná. A criação dos municípios, bem como as relações políticas que se estabeleceram, está marcada por essa juventude. Maringá se tornou município em 1951, Paiçandu, em 1960, e Sarandi, em 1981.

Hoje fazem parte da Região Metropolitana de Maringá, criada pela Lei Estadual nº 83/98, os municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu e Mandaguaçu. Os municípios foram se somando por critérios eminentemente políticos, sem que fossem levadas em conta as condições mínimas que garantem a metropolização dos espaços, notadamente, a conurbação. A realidade mostra a existência de grande integração espacial entre os municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu. Em média, mais de 90% da população é urbana e, em 2010, a população total da área era de 475.860 pessoas. Segundo dados do IPARDES, no ano de 2011, o PIB *per capita* de Maringá era de R\$ 26.810,00; Paiçandu, R\$ 8.459,00 e Sarandi, de R\$ 8.846,00, um dos dez menores do Estado do Paraná. Os números indicam uma dinâmica profundamente desigual para lugares tão próximos geograficamente, e o resultante mais palpável é o constante deslocamento pendular das camadas populares, entre municípios que passaram a fazer às vezes de periferia de Maringá (IPARDES, 2014).

Quanto aos aspectos econômicos, Maringá desponta como principal polo no setor de comércio e serviços. Trata-se, sem dúvida de uma região voltada ao agronegócio sustentado

pela produção de soja, milho e trigo; entretanto, o setor de serviços e de comércio atende pessoas de uma ampla região, que se utilizam de seu comércio e equipamentos de ensino superior e hospitalares, entre outros⁴.

A presença de Maringá é recorrente em publicações que reúnem cidades com bons indicadores para se viver e fazer negócios e, com isso, se alimenta um referencial de 'cidade verde', 'cidade ecológica' 'uma Dallas brasileira, entre outras denominações. Há um apelo, ainda, de ser uma cidade sem favelas. O que corresponde, na realidade, em espaços valorizados e proibitivos para a população pobre e trabalhadora de renda mais baixa. É justamente essa população que habita os municípios do entorno, Sarandi e Paiçandu, tornando-os o cinturão pobre de Maringá.

Nesse campo empírico recortado, quais seriam as diferenças e as semelhanças, em termos de cultura política, existentes entre Campos dos Goytacazes e 'Maringá, Sarandi e Paiçandu', na RMM?

No que concerne às pesquisas empíricas que subsidiam as análises, são primárias, coletadas através de pesquisas de campo. Em Campos dos Goytacazes, a pesquisa foi realizada em 2009, pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) em parceria com o Centro de Pesquisas da Universidade Cândido Mendes (CEPECAM). Nesse caso, a pesquisa fazia parte de um projeto do Observatório das Metrópoles, tendo sido financiada pela FAPERJ/CNPq. A pesquisa de Maringá ampliada ocorreu em início de 2010, também como parte de um Projeto da Rede Observatório das Metrópoles. Foi realizada por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá e com parte do financiamento pela Fundação Araucária.

Antes de se proceder à estimativa e análise dos indicadores, procedeu-se à compatibilização dos questionários das duas pesquisas, uma vez que se trata de pesquisas independentes, realizadas por diferentes instituições, com instrumentos diferenciados de coleta. Consideraram-se apenas as perguntas idênticas e, em caso de perguntas com diferentes fraseamentos, aquelas que indubitavelmente apresentavam o mesmo sentido, nos dois questionários.

Tabela 1. Municípios selecionados – população e taxa de crescimento médio anual (1991-2010).

Table 1. Selected municipalities – population and average annual growth rate (1991-2010).

Ano censitário	População		Taxa de crescimento	
	Maringá, Paiçandu e Sarandi	Campos	Maringá, Paiçandu e Sarandi	Campos
1991	310.470	376.290	-	
2000	390.839	407.168	2,64	0,90
2010	475.860	463.731	1,99	1,31

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 2000 e 2010.

⁴ Maringá isoladamente e Campos de Goytacazes fazem parte da lista dos cem municípios brasileiros com maior PIB, em 2013.

Estimaram-se indicadores de associativismo e mobilização sócio-política, ressaltando-se a necessidade de adaptação dos mesmos, tendo em vista as limitações impostas pelos instrumentos de coleta⁵. A mesma metodologia empregada na estimativa dos graus de associativismo e de mobilização sócio-política foi utilizada para a elaboração de um indicador do grau de conservadorismo dessas populações.

Ressalta-se que os resultados apresentados devem ser analisados com cautela, dadas as diferenças nas características das amostras das duas pesquisas.

Em Campos dos Goytacazes foram entrevistados 398 indivíduos, sendo 195 homens (49%) e 203 mulheres (51%). Em Maringá/Paiçandu/Sarandi foram aplicados 297 questionários, tendo sido entrevistados 120 homens (40,5%) e 177 mulheres (59,5%)⁶. Ambas são estatisticamente representativas da totalidade de suas respectivas populações, e análises recortadas por quaisquer variáveis implicarão em margens de erro mais elevadas do que aquelas estabelecidas.

Nas duas amostras, apesar do reduzido número de indivíduos analfabetos, predominaram pessoas de nível de escolaridade mais baixo: 83,92% dos entrevistados em Campos tinham, no máximo, ensino médio completo e apenas 16,08% tinham escolaridade mais elevada (estavam cursando ou já tinham concluído algum curso superior ou algum curso de especialização stricto ou *latu sensu*); em Maringá, esses percentuais foram, respectivamente, 77,55% e 22,45%, respectivamente. Em relação

ao rendimento, 60% dos entrevistados em Campos e 47,39% dos entrevistados em Maringá/Paiçandu/Sarandi tinham uma renda de, no máximo, três salários mínimos.

É interessante observar, ainda, as diferenças nos perfis etários. Em Campos, foram entrevistados jovens a partir de 16 anos, idade em que o voto, apesar de não ser obrigatório, é permitido, enquanto, em Maringá, só foram entrevistados indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, quando o voto se torna obrigatório. Pelo Gráfico 2, é possível perceber como são significativas as diferenças dos perfis etários das duas amostras, sendo a idade média dos entrevistados em Campos bem mais baixa do que a dos entrevistados em Maringá.

Segundo a literatura, os graus de associativismo e de mobilização sócio-política variam, dentre outros fatores, inclusive em função dessas variáveis. Significa dizer que as pessoas com níveis de escolaridade e/ou rendimentos mais elevados tendem a ter uma maior participação. Por outro lado, o grau de conservadorismo tende a ser mais elevado entre as pessoas mais velhas.

Associativismo e mobilização em perspectiva comparada

As análises do associativismo e da mobilização política em Campos e Maringá/Paiçandu/Sarandi basearam-se em índices compostos, resultantes de uma média ponderada pela inten-

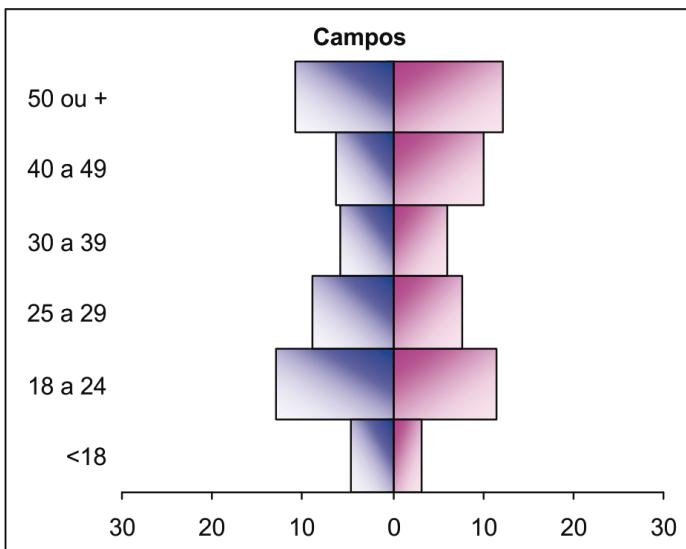
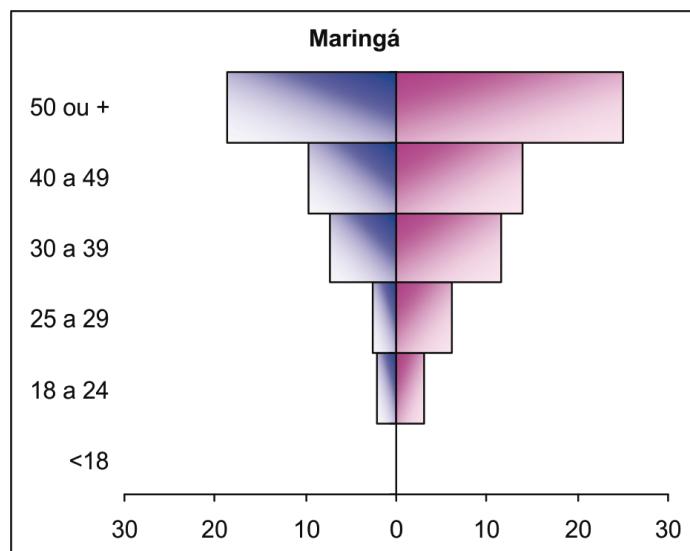


Gráfico 1. Campos e Maringá: perfil etário dos entrevistados.

Graph 1. Campos and Maringá: Age profile of respondents.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

⁵ Infelizmente, os indicadores de sofisticação política – socialização secundária e exposição à mídia – não puderam ser estimados, devido à supressão dos quesitos, no questionário de Maringá/Paiçandu/Sarandi.

⁶ A amostra da pesquisa de Campos: grau de confiança 95%, erro amostral 5%. A amostra da pesquisa de Maringá: grau de confiança 90% e erro amostral de 5%.

sidade de participação dos indivíduos em cada componente dos respectivos indicadores.

Para a estimativa do índice de associativismo, consideraram-se as informações referentes à participação em partido político; em sindicato, grêmio ou associação profissional; em igreja ou outra organização religiosa e em algum grupo desportivo, cultural ou recreativo. Não foram incluídas as participações em grupos ou associações voltadas para o meio ambiente, nem a atuação em outras associações voluntárias, como fizeram Azevedo e Fernandes (2014), o primeiro, por não ter sido contemplado no questionário da pesquisa realizada em Maringá/Paiçandu/Sarandi, e o segundo, pela incompatibilidade das opções de respostas⁷. Ressalta-se que, dentre os componentes do associativismo, apenas a participação em 'algum grupo desportivo, cultural ou recreativo' relaciona-se à Nova Cultura Política; todos os demais componentes são formas tradicionais de associativismo. Por outro lado, é interessante observar que, no caso brasileiro, há indícios da predominância das formas clássicas de associativismo, inclusive entre as populações de maior nível de escolaridade e de melhores condições sócio-econômicas (Santos Jr et al., 2004; Abranches e Azevedo, 2004).

Para a estimativa do índice de mobilização política, foram consideradas as informações referentes à assinatura de abaixo assinado; ao boicote de produtos por questões políticas, éticas e/ou ambientais; à participação em manifestações sociais; à participação em comícios ou reuniões políticas; ao estabelecimento de contato com políticos ou com funcionários do alto escalão do Estado; à doação de dinheiro ou recolhimento de fundos para causas públicas; à exposição na mídia; e à participação em fóruns pela internet. Nesse caso, não se considerou a participação de atos públicos em defesa do meio ambiente, informação presente apenas no questionário da pesquisa de Campos dos Goytacazes, nem a informação referente à participação em greve, que consta apenas no questionário da pesquisa realizada em Maringá/Paiçandu/Sarandi.

Em ambos os fatores de ponderação, variaram de '0' (nunca participou) a '3' (participa ativamente), sendo esses os valores de referência que balizaram as análises. Em outras palavras, esses índices variam de 0, situação extrema em que nenhum indivíduo participa de nenhuma forma de associativismo ou de mobilização política, a 3, que define outra situação extrema onde todos os indivíduos participam ativamente de todas as formas de associativismo e mobilização política.

Nas duas populações estudadas, a intensidade de associativismo é, em geral, muito baixa: 0,8 em Campos e 0,77 em Maringá/Paiçandu/Sarandi (Tabela 2).

Nos dois casos, verifica-se o predomínio do associativismo religioso, uma das formas mais clássicas de associativismo. A intensidade desse associativismo é maior em Campos (1,87) comparativamente a Maringá (1,79), que, apesar de ser núcleo

Tabela 2. Campos e Maringá: intensidade de associativismo*, segundo a forma de associação.

Table 2. Campos and Maringá: Intensity of associations* according to the form of association.

Formas de associação	Campos	Maringá
Partido político	0,29	0,28
Sindicato, grêmio ou associação profissional	0,42	0,48
Igreja ou outra organização religiosa	1,87	1,79
Grupo desportivo, cultural ou recreativo	0,63	0,53
Média	0,80	0,77
N	398	297

Nota: (*) O índice de associativismo varia de 0 a 3, sendo 0 a situação extrema, em que nenhum indivíduo participa de nenhuma forma de associativismo e 3 outra situação extrema, na qual todos os indivíduos participam ativamente de todas as formas de associação.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

de uma Região Metropolitana, está longe de apresentar, pelo menos no que diz respeito a esse componente do grau de associativismo, as características das grandes metrópoles. Nestas, o associativismo religioso tende a ser significativamente inferior, como observaram Azevedo e Fernandes (2014) em pesquisa comparativa entre a RMRJ, e Campos e Macaé, os dois polos do Norte Fluminense. Os resultados dessa pesquisa mostram, ainda, haver uma relação inversa entre os graus de associativismo religioso e de metropolização, apesar da primazia desse componente no Grau de Associativismo da RMRJ. Isso porque, segundo Smirdele (2011), há, nas grandes metrópoles, uma concentração de pessoas não filiadas a nenhuma religião (ainda que creiam em Deus), agnósticas e ateias.

Nas duas populações, a segunda mais importante forma de associativismo é a participação em 'Grupo Desportivo, Cultural ou Recreativo'. Nessa rubrica, assim como na associação religiosa, a maior intensidade de participação é observada em Campos dos Goytacazes, resultado este que nos surpreende. Nesse caso, por se tratar de um tipo de associativismo mais afastado do Estado e da Igreja, era de se esperar uma maior intensidade de associação em Maringá/Paiçandu/Sarandi, que tem uma população com nível de escolaridade maior, comparativamente à de Campos, pressupondo-se uma relação direta entre este e sofisticação política.

Em terceiro lugar, tem-se a participação em 'Sindicatos, Grêmios ou Associações profissionais', ressaltando-se que apenas nesta rubrica a intensidade de participação em Maringá (0,48) é maior comparativamente a Campos (0,42). O componente de

⁷ No questionário de Maringá, as opções de respostas para esta pergunta eram *sim* e *não*. Na pesquisa de Campos, assim como nos demais quesitos referentes ao associativismo, pergunta-se a intensidade dessa participação.

menor peso na composição do Grau de Associativismo é a participação em 'Partidos Políticos', ressaltando-se que a intensidade de participação é praticamente a mesma em Campos (0,29) e em Maringá (0,28). Níveis tão baixos dessa rubrica confirmam o baixo envolvimento da população com os partidos políticos no Brasil, um país onde a maioria dos eleitores vota em pessoas, e não em Partidos.

Campos se caracteriza pela importante hegemonia da "máquina política" capitaneada pelo casal Rosinha e Garotinho. Ele foi prefeito de Campos por duas vezes, e também governador do estado; ela foi reeleita prefeita nas eleições municipais de 2012. Nesse caso – como em inúmeros outros pelo Brasil –, a questão do partido político é visto por esses atores apenas como um instrumento operacional. Dizemos isso porque, na última década, movido por mudanças de conjuntura política, o casal garotinho chegou ao poder através do PSB, posteriormente se transferiu para o PMDB e, mais recentemente, após ruptura com o governador Sergio Cabral, que passou a controlar o partido, se transferiu para um novo partido, o PR.

Em cada uma dessas mudanças apenas o alto escalão da "máquina" e as lideranças intermediárias foram instadas a se reinscreverem no novo partido. A força da máquina se mostra nos resultados das eleições municipais, onde, comparado com a eleição anterior, percebe-se o forte crescimento local da nova agremiação apoiada pelo casal (seja ela pequena ou forte em nível nacional) e a imensa perda de votos do antigo partido (Souza, 2003).

A relativa juventude do município de Maringá contribui para quê, em seu passado político, se registre a ausência de grupos familiarísticos (ou oligarquias locais), fenômeno tão característico na maioria dos municípios brasileiros. Nas sucessivas eleições municipais, ocorreu uma relativa alternância entre grupos e políticos de expressão, ocorrendo surpresas, como a eleição de um petista em 2000. Recentemente, a partir das eleições municipais de 2004, surge com maior nitidez o controle familiarístico na política local, protagonizado pela família Barros. Silvio Barros I foi eleito pelo PP em 2004 e reconduzido em 2008. Fez seu sucessor, Pupim (2012-2016). São, portanto, doze anos de um mesmo grupo político à frente da administração municipal. Ressalte-se que a família já se fizera presente no cenário local em 1976, quando o pai Silvio Barros foi prefeito pelo MDB. Em 1988, Ricardo Barros (irmão de Silvio Barros I) foi eleito prefeito da cidade e, após o término do mesmo, segue na carreira política como deputado estadual, federal, secretário de Estado, o mesmo ocorrendo com sua mulher, Cida Borguethi.

A intensidade da vida política nos dois casos resulta que a mobilização sócio-política apresenta-se maior do que o associativismo, como se pode observar na Tabela 3. Note, ainda, que a mobilização sócio-política é maior em Campos comparativamente a Maringá/Paiçandu/Sarandi.

Em Campos dos Goytacazes, os principais componentes do grau de mobilização sócio-política são a intensidade de participação em comícios ou reuniões políticas (1,85), seguida pela intensidade de participação em abaixo assinado (1,76). Apesar

Tabela 3. Campos e Maringá: intensidade de Mobilização Sócio-Política*, segundo a forma de mobilização.

Table 3. Campos and Maringá: Sociopolitical Mobilization intensity* according to the form of mobilization.

Formas de mobilização	Campos	Maringá
Assinar abaixo assinado	1,76	1,54
Boicotar produtos por questões políticas, éticas e/ou ambientais	0,84	1,05
Participar de manifestação social	0,93	0,85
Participar de comício ou reunião política	1,85	1,31
Contatar políticos ou alto funcionário do estado	0,94	0,97
Dar dinheiro ou recolher fundos para causas públicas	0,89	1,06
Contatar ou aparecer na mídia	0,62	0,56
Participar em fóruns pela internet	0,70	0,53
Média	1,07	0,98
N	398	297

Nota: (*) Este varia de 0 a 3, sendo 0 a situação extrema, em que nenhum indivíduo participa de nenhuma forma de associativismo e 3 outra situação extrema, na qual todos os indivíduos participam ativamente de todas as formas de associação.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

dessas duas rubricas também se destacarem na composição do grau de mobilização sócio-política de Maringá/Paiçandu/Sarandi, há uma inversão de posições relativas: assinar um abaixo assinado (1,54) se destaca como o principal componente, e a presença em comícios (1,31), como o segundo.

Em apenas três dentre os oito componentes, a mobilização sócio-política é maior em Maringá/Paiçandu/Sarandi comparativamente a Campos dos Goytacazes: Financiar causas públicas, boicotar produtos e contatar políticos. Em ambas as populações, "fóruns pela internet" e "contatar ou aparecer na mídia" surgem como os componentes de menor importância.

No nosso entender, as diferenças estruturais do grau de mobilização sócio-política entre Campos e Maringá/Paiçandu/Sarandi estão associadas aos "custos de transação" (Coase, 1992), em geral mais elevados nas regiões metropolitanas. Observe que o principal componente de mobilização sócio-política em Maringá – participação em abaixo assinado – envolve pouco gasto de energia e envolvimento pessoal, e que aquelas rubricas em que a intensidade de mobilização é maior em Maringá – financiamento de causas públicas, boicote de produtos e estabelecimento de contatos com políticos – não necessariamente implicam em enfrentar os vários problemas presentes no quotidiano das Regiões Metropolitanas, responsáveis por gerarem inúmeros efeitos perversos, denominados de "efeito metrópole

às avessas". Naquelas rubricas que exigem maior envolvimento pessoal, a intensidade é maior em Campos. Segundo Azevedo e Fernandes (2014), isso se relaciona aos 'ganhos de escala' dos Polos Regionais, justamente por serem menores e não enfrentarem os vários problemas quotidianos das Regiões Metropolitanas.

Conservadorismo em perspectiva comparada

Nos dois questionários, perguntou-se ao entrevistado sua opinião sobre os seguintes assuntos considerados polêmicos: legalização da união entre pessoas de mesmo sexo, da maconha e do aborto e sobre o estabelecimento de cotas para segmentos sociais, raciais e/ou étnicos nas universidades⁸.

A união homoafetiva

No referente à homoafetividade, as dificuldades da maioria do Congresso Nacional em enfrentar temas polêmicos, com receio de perdas de votos, fez com que essas demandas fossem encaminhadas para o Poder Judiciário, ocorrendo o que se denomina como "Judicialização da Política". Graças ao Supremo Tribunal Federal, o casamento gay foi de fato consumado; havendo possibilidades de legalização da paternidade ou maternidade dos filhos, entre outros direitos.

Ressalte-se que as paradas gays se transformaram, nas grandes metrópoles, em shows que atraem sempre milhares de pessoas, a maioria heterosexual, visando fortalecer e legitimar os direitos dos homossexuais. Apesar desses avanços, há, ainda, preconceitos, violências e assassinatos de gays por grupos e organizações homofóbicas, bem como a necessidade de maior ação do Estado.

Pesquisa realizada, em junho de 2013, pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em parceria com a MDA Pesquisas, revelou que, no Brasil, quase metade dos entrevistados (49,7%) se diz contra a união civil entre homossexuais. Já a favor da "união estável" são 38,9% e 11,4% não souberam opinar ou não responderam. Os dados demonstram que cerca de 40% dos brasileiros apóiam a União Civil.

Em Campos dos Goytacazes, apenas 23,59% dos entrevistados se posicionaram totalmente a favor das uniões homoafetivas, enquanto 49,49% dos entrevistados se colocaram totalmente contrários à legalização da união entre pessoas do mesmo sexo. Para Maringá, esses percentuais foram 24,05% e 50,86%, respectivamente (Tabela 4).

Caso agrupemos os que de alguma forma (totalmente ou em parte) concordam ou discordam, esses dois polos apre-

Tabela 4. Campos e Maringá: distribuição relativa dos entrevistados, segundo suas opiniões sobre a legalização das uniões homoafetivas.

Table 4. Campos and Maringá: Relative distribution of respondents according to their views on the legalization of same sex unions.

Legalização das uniões homoafetivas	Campos	Maringá
Concorda totalmente	23,59	24,05
Concorda em parte	16,41	17,56
Discorda em parte	10,51	7,53
Discorda totalmente	49,49	50,86
N	398	297

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

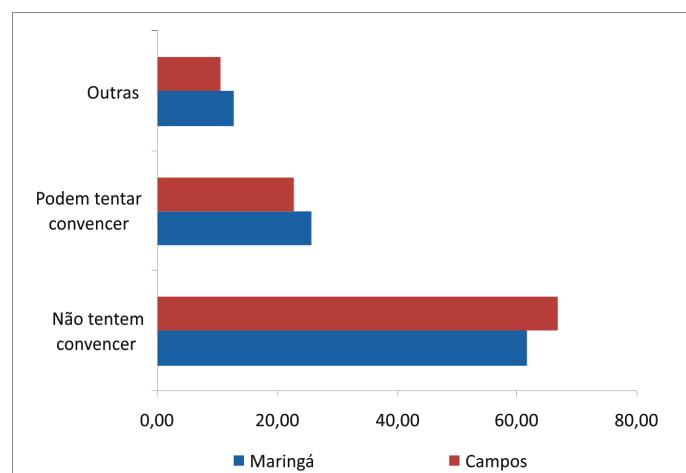


Gráfico 2. Campos e Maringá: o que pensam os entrevistados sobre a tentativa de convencer pessoas que são contra o casamento gay.

Graph 2. Campos and Maringá: What the respondents think about trying to convince people who are against gay marriage.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

sentam resultados bastante próximos. Enquanto, para Campos, 40% concordam e 60% discordam com as uniões homoafetivas, em Maringá, esses índices são, respectivamente, de 42% e 58%. Além disso, se retirarmos da pesquisa nacional⁹ sobre a União

⁸ No questionário de Maringá consta, ainda, um quesito referente à redução da maioridade penal; mas este foi descartado, por não constar no questionário da pesquisa realizada em Campos dos Goytacazes. No entanto, ressalta-se que essa variável também poderia ser levada em conta para se avaliar o quanto conservadoras são essas sociedades.

⁹ Pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), em parceria com a MDA Pesquisas, sobre a opinião dos brasileiros acerca da União Civil entre pessoas do mesmo sexo.

afetiva, citada anteriormente, os que não souberam opinar ou não responderam (11,4%), percebe-se que os percentuais nacionais não se afastam significativamente dos dados de Campos e Maringá. Em outras palavras, enquanto 44% da população é favorável à união homoafetiva, cerca de 56% dos brasileiros são contrários a esse tipo de união.

Nas pesquisas realizadas em Campos e Maringá, além dos quesitos que captam a opinião do próprio entrevistado sobre os referidos temas polêmicos, há outros que captam sua opinião sobre as pessoas que defendem as legalizações da união homoafetiva.

Ressalte-se que, em Campos dos Goytacazes, 66,84% dos entrevistados entendiam que os indivíduos favoráveis à legalização do casamento gay não tinham o direito de tentar convencer outras pessoas que não apoiam esse tipo de união afetiva. Em suma, apenas 22,63% dos entrevistados reconheciam o direito desses indivíduos de externarem suas opiniões na tentativa de convencer outras pessoas que ainda não aprovavam o casamento gay. Em Maringá, esses percentuais eram, respectivamente, 61,73% e 25,63%, ou seja, não há grande discrepância nesse item entre os dois polos regionais analisados.

Sob esse olhar, os elevados percentuais encontrados nas duas cidades são assustadores, pois indicam que mais de 60% dos entrevistados são contra qualquer proselitismo gay. Os dados nos permitem traçar paralelos com o debate presente na mídia sobre a situação dos homossexuais na Rússia. Essa maioria significativa certamente seria favorável a algo parecido com uma recente legislação russa que proíbe qualquer tipo de propaganda homoafetiva.

No dia 30 de junho de 2013, o Presidente Putin assinou uma lei que proíbe qualquer ato de "propaganda homossexual". Como era de se esperar, desde a entrada em vigor dessa legislação, tanto na Rússia como nos países ocidentais, as Associações de Direitos Humanos não param de criticar essa legislação, considerada "discriminatória".

Se compararmos o Brasil com a Rússia, em relação aos direitos formais dos homossexuais, estamos muito mais avançados. Vale lembrar que, na Federação Russa, até 1993, a homossexualidade era considerada um crime, sendo que deixou de ser uma "doença mental" apenas em 1999.

Entretanto, tanto lá como aqui, a mensagem explícita aos homossexuais é do tipo: "Se não desejam criar problemas, fiquem nas suas casas e evitem ocupar o espaço público!"

O debate sobre a regulamentação do uso da maconha

O Uruguai aprovou, no final de 2013, o uso da Maconha. Para o governo, o objetivo da lei é tirar poder do narcotráfico e reduzir a dependência dos uruguaios de drogas mais pesadas. Dessa maneira, o Estado Uruguai assume o controle e a regulamentação das atividades de importação, produção, aquisição, a qualquer título, armazenamento, comercialização e distribuição de maconha ou de seus derivados.

Tabela 5. Campos e Maringá: distribuição relativa dos entrevistados, segundo suas opiniões sobre a legalização da maconha.

Table 5. Campos and Maringá: Relative distribution of respondents according to their views on the legalization of marijuana.

Legalização da maconha	Campos	Maringá
Concorda totalmente	11,08	9,15
Concorda em parte	9,82	9,12
Discorda em parte	9,32	4,78
Discorda totalmente	69,77	76,95
N	398	297

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

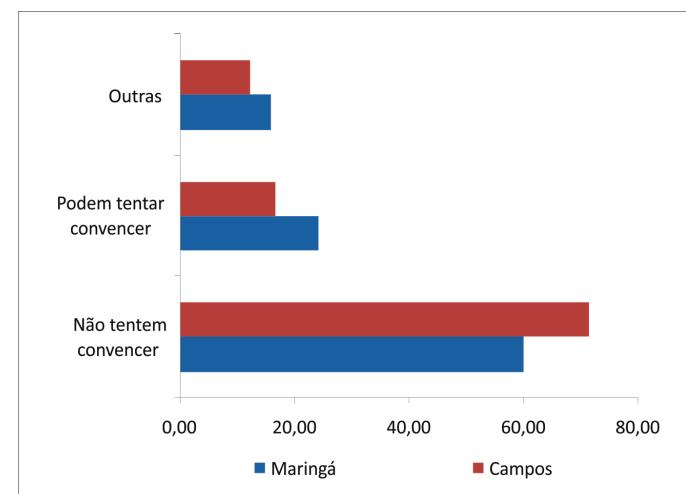


Gráfico 3. Campos e Maringá: o que pensam os entrevistados

sobre a tentativa de convencer pessoas que são contra a maconha.

Graph 3. Campos and Maringá: What the respondents think about trying to convince people who are against marijuana.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

Os Estados Unidos também aparecem fornecendo subsídios para a discussão: os estados da federação sempre aproveitam as eleições para realizarem plebiscitos, sendo que, na última eleição (reeleição do Presidente Obama), o estado de Washington (não confundir com a capital Washington) aprovou o consumo da maconha para uso recreativo, permitindo a posse individual de 28,5 gramas da erva, sendo que o estado do Colorado foi mais longe, pois, além do uso recreativo, legalizou pequenas plantações para uso individual.

No Brasil, há uma lei federal que proíbe o uso da substância em todo o país, mas o debate tende a ganhar novos contornos diante da discussão internacional.

Nas duas populações, era ainda mais elevado o número relativo de indivíduos que se mostraram completamente avessos à legalização da maconha, indicando um maior preconceito ao uso da maconha comparativamente às uniões homoafetivas. Em Campos, 69,77% dos entrevistados eram contrários à legalização da maconha; apenas 11,08% eram a favor. Em Maringá, a rejeição ao uso dessa droga é ainda maior: 76,95% dos entrevistados disseram-se completamente contrários à legalização, e menos de 10% se mostraram completamente favoráveis.

Legalização do aborto

Estão em disputa na sociedade duas concepções em torno do tema aborto. O estado brasileiro vem tratando o assunto da perspectiva da saúde pública, e de outro, tem-se a abordagem religiosa, que aponta enfaticamente que o aborto é crime em quaisquer condições.

É um dado de saúde pública que os abortos realizados em condições de insegurança causam a morte de milhares de mulheres, e as mais penalizadas são aquelas sem condições financeiras de recorrer às clínicas especializadas, que agem na clandestinidade. Segundo dados divulgados pelo Instituto Guttmacher (Guttmacher Institut, 2010), mais de 70 mil mulheres morrem ao ano. A maioria acontece nos países cuja legislação neste âmbito é mais restritiva, o Brasil incluso.

As igrejas, em especial a católica, tem histórico pró-ativo em lutas contra a legalização/descriminalização do aborto. Por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte (1986), foi apresentada a emenda n.78 contra o aborto, que recebeu a chancela, inclusive, de Dom Paulo Evaristo Arns – Cardeal Arcebispo de São Paulo. Em conjunto com duas igrejas Seicho-no-ie, angariaram pouco mais de 35 mil assinaturas a favor da emenda, em São Paulo. Em outra ocasião, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) encabeçou, em conjunto com a Cáritas Brasileira e a Associação Católica do Brasil, uma emenda contrária ao aborto e as entidades conseguiram coletar 500 mil assinaturas (Doimo, 2004).

O número relativo dos que se posicionaram contrários à legalização do aborto foi 66,08% em Campos e de 72,51% em Maringá.

Interessante notar que, se, por um lado, nas duas cidades analisadas, a rejeição tanto à legalização da maconha quanto ao aborto são altas, por outro lado, em ambas, a rejeição à maconha é um pouco maior quando comparado ao aborto.

Vale lembrar que, em Campos, 70,23% dos entrevistados consideravam que as pessoas favoráveis à legalização do aborto não tinham o direito de tentar convencer outras pessoas que não apoiam a interrupção da gravidez. Somente 21,15% deles foram favoráveis a que essas pessoas externassem suas opiniões na tentativa de convencer aqueles que eram contra essa prática. Em Maringá, esses percentuais eram, respectivamente, 59,12% e 25,55%.

Tabela 6. Campos e Maringá: distribuição relativa dos entrevistados, segundo suas opiniões sobre a legalização do aborto.

Table 6. Campos and Maringá: Relative distribution of respondents according to their views on the legalization of abortion.

Legalização do aborto	Campos	Maringá
Concorda totalmente	7,54	4,81
Concorda em parte	15,33	12,80
Discorda em parte	11,06	9,88
Discorda totalmente	66,08	72,51
N	398	297

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

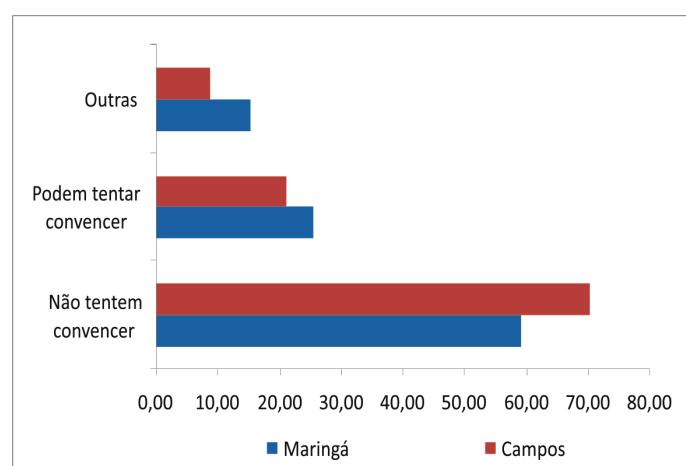


Gráfico 4. Campos e Maringá: o que pensam os entrevistados sobre a tentativa de convencer pessoas que são contra o aborto.

Graph 4. Campos and Maringá: What the respondents think about trying to convince people who are against abortion.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

As quotas raciais como “ação afirmativa”

Os críticos dessa política, de forma sucinta, levantam as seguintes questões: a quota rompe com o princípio do mérito universitário e do direito constitucional (todos são iguais perante a lei); é uma medida paliativa, que tira o foco do desafio prioritário que seria proporcionar um ensino público básico de qualidade para toda a população; essa política discriminaria negativamente o “branco” pobre e desqualificaria o diploma do negro que ingressou na universidade por mérito.

Além disso, essa política incentivaria às pessoas a verem o mundo através do viés de raça, a separação entre quotista e não quotista pode levar a discriminações e atritos entre esses

Tabela 7. Campos e Maringá: distribuição relativa dos entrevistados, segundo suas opiniões sobre a lei de cotas raciais.
Table 7. Campos and Maringá: Relative distribution of respondents according to their opinions about the law of racial quotas.

Cotas raciais	Campos	Maringá
Concorda totalmente	37,19	43,34
Concorda em parte	13,82	17,96
Discorda em parte	9,80	5,59
Discorda totalmente	39,20	33,11
N	398	297

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

dois grupos. Ressalte-se, ainda, que a entrada de um grupo na Universidade com menor formação básica pode influir no desempenho geral da mesma.

Por fim, uma questão mais especificamente brasileira: como se poderia, em uma sociedade fortemente mestiça, definir quem é negro?

Por outro lado, os defensores das "quotas" argumentam que o Brasil possui uma dívida social com os afrodescendentes decorrente de uma escravidão de quase três séculos, que até hoje afeta uma grande parte dessa população (por exemplo, dificuldades cognitivas e de socialização primária).

Defendem a necessidade de políticas diferenciadas para grupos extremamente desiguais em termos de potencialidades de acesso às Universidades.

Afirmam que não há contradição entre incrementar políticas de quotas – enquanto não se encurtam as diferenças existentes – e melhorar o desempenho da escola pública de ensino fundamental e médio.

Lembram que o aumento de minorias nas Universidades é positivo para todos os segmentos, pois possibilita visões diferenciadas sobre vários temas (por exemplo, a atuação da polícia) e explicita a fragilidade da chamada "democracia racial".

Por fim, acreditam que um maior número de negros universitários melhora a autoestima dos adolescentes afrodescendentes, estimulando-os a se esforçarem para também alcançarem o acesso ao ensino superior.

Em suma, os dois lados apresentam argumentos que dividem a opinião pública, uma vez que as chamadas "Políticas Afirmativas", concomitantemente com seus impactos positivos, ensejam, normalmente, os chamados "efeitos perversos"¹⁰.

Nos dois polos, no que se refere às quotas, em termos quantitativos, o padrão de resposta é bastante diverso dos anteriores, ressaltando-se que, do ponto de vista comparativo, a dis-

tribuição relativa dos entrevistados entre as opções de respostas são bastante semelhantes.

Em outras palavras, enquanto, em Campos, 37,19% dos entrevistados apoiam totalmente esse tipo de política afirmativa, em Maringá, esse percentual atinge 43,34%. No extremo oposto, em Campos, 39,20% dos entrevistados se posicionaram completamente contrários às quotas, enquanto em Maringá, esse percentual foi de 33,11%.

O grau de conservadorismo

Avançando para além desses indicadores simples, a partir das informações referentes à posição do entrevistado sobre a legalização da união homoafetiva, do aborto, da maconha e sobre a implementação da política de cotas, foi estimado um indicador do 'grau de conservadorismo' dessas populações.

Assim como os indicadores de associativismo e de mobilização sócio-política, também nesse caso o índice varia de 0 a 3. Em uma sociedade onde os cidadãos não têm nenhum preconceito em relação às uniões homoafetivas, à liberalização do uso da maconha, à legalização do aborto e em relação ao estabelecimento de cotas nas instituições de ensino superior, o índice será zero, o que significa dizer que se trata de uma sociedade extremamente tolerante. No extremo oposto, ou seja, quando se tratar de uma sociedade extremamente conservadora, na qual os cidadãos são completamente contrários a todas essas medidas, o índice será três.

Para procedermos à estimativa, algumas adaptações se fizeram necessárias. A primeira foi a redistribuição *pro-rata* do número de indivíduos que "não responderam" os quesitos considerados para a estimativa do indicador, seguindo o padrão de conservadorismo revelado pelas respostas conhecidas, pressupondo-se, implicitamente, que, caso respondessem, tal padrão se manteria. Esse pressuposto não é um complicador, dado o número relativamente pequeno de respostas em branco.

A segunda adaptação diz respeito à padronização das respostas, uma vez que as opções não eram idênticas nos dois questionários. Na pesquisa realizada em Campos, perguntou-se, em cada quesito, se o indivíduo concordava totalmente; concordava em parte; discordava em parte; e discordava totalmente. No questionário de Maringá, além dessas opções, incluiu-se 'nem concorda nem discorda' dentre as alternativas, havendo, portanto, a necessidade de se estabelecer um critério para a redistribuição desses indivíduos entre as opções de respostas comuns aos dois questionários.

Pressupondo-se que aqueles que 'nem concordam nem discordam' responderiam, sob quaisquer hipóteses, que 'concordam ou discordam totalmente', a solução foi redistribuí-los entre as alternativas 'concordam e discordam parcialmente'. Para tanto, foram somadas as frequências dessas duas opções de res-

¹⁰ Deve-se dizer, a bem da verdade, que possíveis "efeitos perversos" decorrentes da entrada de universitários pelo sistema de "quotas" não se concretizaram, tanto na UENF como em algumas outras Universidades.

Tabela 8. Campos e Maringá: intensidade de conservadorismo, segundo a forma.

Table 8. Campos and Maringá: Intensity of conservatism according to form.

Forma de conservadorismo	Campos	Maringá
Legalização da união homoafetiva	1,90	1,85
Legalização da maconha	2,38	2,50
Legalização do aborto	2,36	2,50
Cotas para afro-descendentes e pobres	1,51	1,28
Média	2,04	2,03
N	398	297

Nota: Este índice varia de 0 a 3. Quando os cidadãos não tiverem nenhum preconceito em relação à legalização das uniões homoafetivas, da maconha e do aborto e à lei de cotas raciais o índice é 0; quando os cidadãos são completamente contrários a essas medidas, o índice será 3.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

postas e estimados os percentuais de concordância e discordância parcial, os quais foram utilizados na redistribuição daqueles que permaneceram 'em cima do muro'. Implicitamente, admitiu-se que, na ausência da opção 'nem concorda nem discorda', os indivíduos concordariam ou discordariam parcialmente, seguindo o padrão revelado pelas respostas conhecidas dadas especificamente para essas alternativas.

Adotando-se tal metodologia e procedendo tais adaptações, estimou-se um grau de conservadorismo de 2,04 para Campos e de 2,03 para Maringá/Paiçandu/Sarandi (Tabela 4). De onde se infere que tanto Campos, Pólo Regional do Norte fluminense, quanto Maringá, núcleo da RMM, são sociedades ainda bastante conservadoras.

Nas duas populações, a legalização do aborto e a liberação da maconha aparecem como os principais componentes do grau de conservadorismo. Em Maringá, esses indicadores atingiram o patamar de 2,5 e, em Campos, de 2,36 e 2,38, respectivamente. As uniões homoafetivas aparecem como o segundo componente do grau de conservadorismo de Maringá, e como terceiro em Campos dos Goytacazes.

Apenas nos que diz respeito ao estabelecimento de cotas para segmentos sociais, raciais e/ou étnicos nas universidades, as duas populações se apresentaram menos conservadoras. Essa foi a rubrica que apresentou a mais baixa intensidade, sendo esta de 1,51 em Campos e de 1,28 em Maringá. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo sendo o componente de menor importância na conformação do grau de conservadorismo, é ainda uma política bastante polêmica. Em Campos dos Goytacazes, dentre os 398 entrevistados, 150 – aproximadamente, 39% – discordam completamente e 142 – aproximadamente, 37% – concordam plenamente com a política de cotas; em Maringá, esses percentuais são em torno de 33% e 43%, respectivamente.

Como se mencionou anteriormente, a idade média dos indivíduos entrevistados em Campos dos Goytacazes é menor comparativamente àquela dos indivíduos entrevistados em Maringá. Considerando-se esse perfil etário e partindo-se do pressuposto de que há uma relação direta entre o grau de conservadorismo e a idade, era de se esperar, em Campos dos Goytacazes, percentuais menores do que aqueles verificados em Maringá/Paiçandu/Sarandi na opção 'podem ser a favor da ideia, desde que não tentem convencer os demais' e mais percentuais mais elevados na opção 'podem tentar convencer as pessoas dessa ideia'. No entanto, os resultados apontam o contrário: uma amostra com perfil etário mais jovem e percentuais mais elevados na opção de resposta considerada mais conservadora.

A partir desses resultados, é possível inferir que, apesar de Campos e Maringá apresentarem o mesmo grau de conservadorismo, este é muito mais difícil de ser quebrado na sociedade campista, uma sociedade calcada na tradição de um dos mais antigos centros políticos do Estado do Rio de Janeiro.

Considerações finais

Neste artigo, foram analisadas, em perspectiva comparada, as semelhanças e as diferenças entre a cultura política da população residente em Campos dos Goytacazes, um dos mais importantes municípios do Norte Fluminense, e em Maringá, município núcleo, e Paiçandu e Sarandi, os dois mais importantes municípios do entorno da RMM.

As informações que subsidiaram as análises são primárias, coletadas em pesquisas de campo realizadas em Campos, em 2009, e em Maringá/Paiçandu/Sarandi, em 2010. Foram estimados indicadores de associativismo, mobilização sócio-política e conservadorismo.

Os resultados devem ser analisados com cautela, uma vez que se tratam de pesquisas independentes, com diferentes instrumentos de coleta e com amostras com características distintas e uma vez que tais indicadores variam, dentre outros fatores, em função dos níveis de escolaridade, do rendimento e do perfil etário da população.

Nas duas populações, a intensidade de associativismo é bastante baixa – 0,8 em Campos e 0,77 em Maringá/Paiçandu/Sarandi –, e seu principal componente é o associativismo religioso, seguido pela participação em grupos desportivos, culturais e recreativos. Em terceiro lugar, a participação em 'Sindicatos, Grêmios ou Associações profissionais' e como componente menos importante, a participação em partidos políticos.

Nos dois casos, a mobilização sócio-política, apesar de também se revelar baixa, é maior comparativamente ao associativismo, chamando a atenção o fato de sua intensidade ser maior em Campos (1,07) comparativamente a Maringá/Paiçandu/Sarandi (0,98).

No que diz respeito à mobilização, as diferenças estruturais na composição do índice são significativas e parecem associadas aos maiores custos de transação, percebidos nas regiões

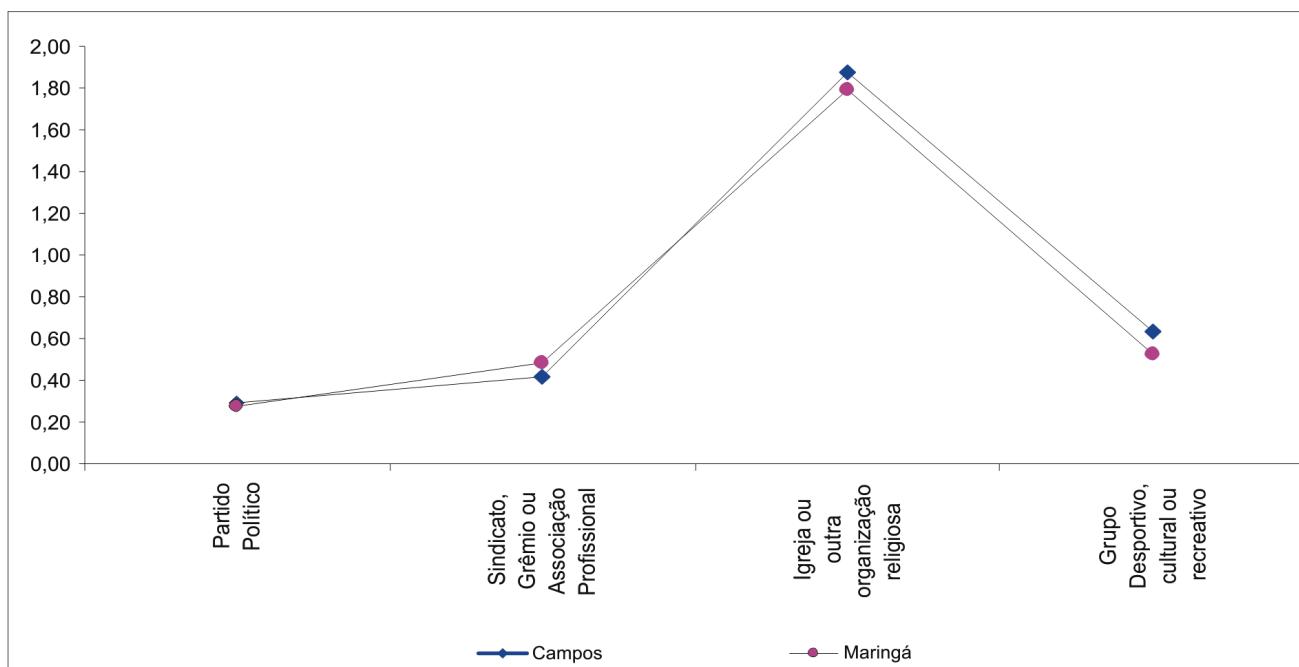


Gráfico 5. Campos e Maringá: intensidade de associativismo segundo a forma de associação.
Graph 5. Campos and Maringá: Intensity of associations according to the form of association.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

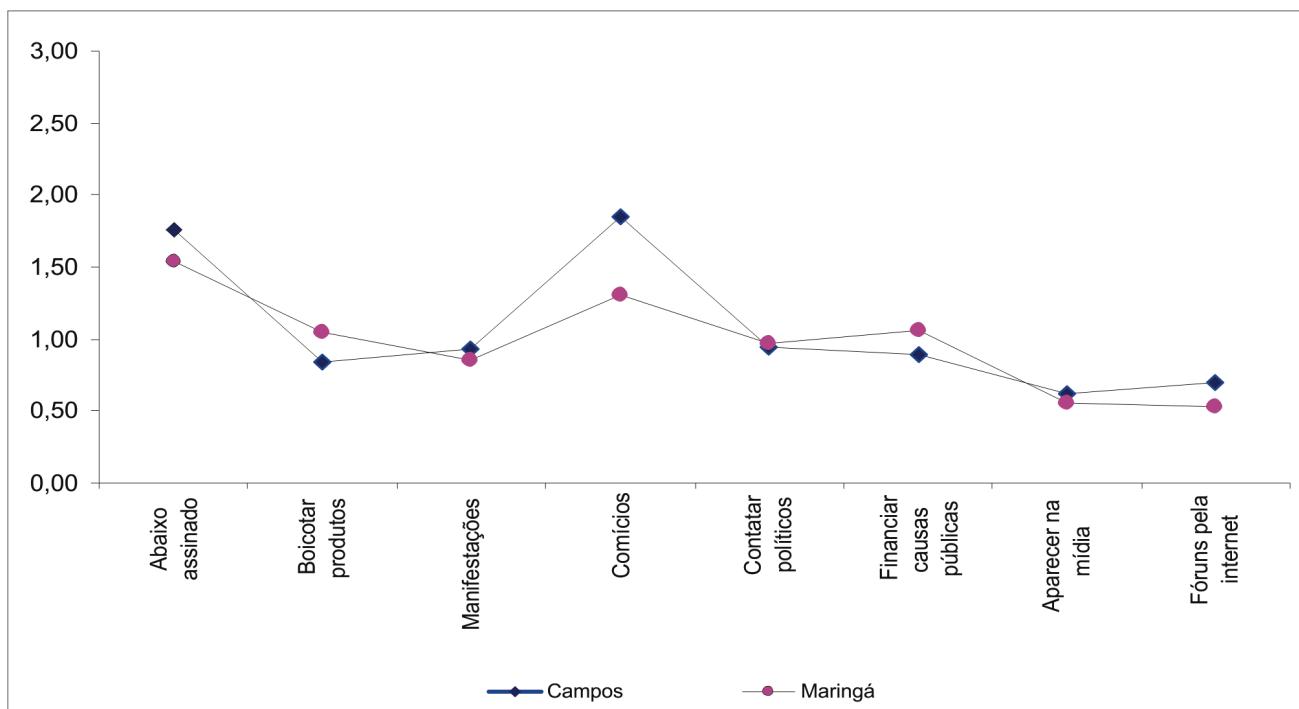


Gráfico 6. Campos e Maringá: Intensidade de grau de mobilização, segundo a forma de mobilização sócio-política.
Graph 6. Campos and Maringá: Degree of mobilization intensity according to the form of sociopolitical mobilization.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

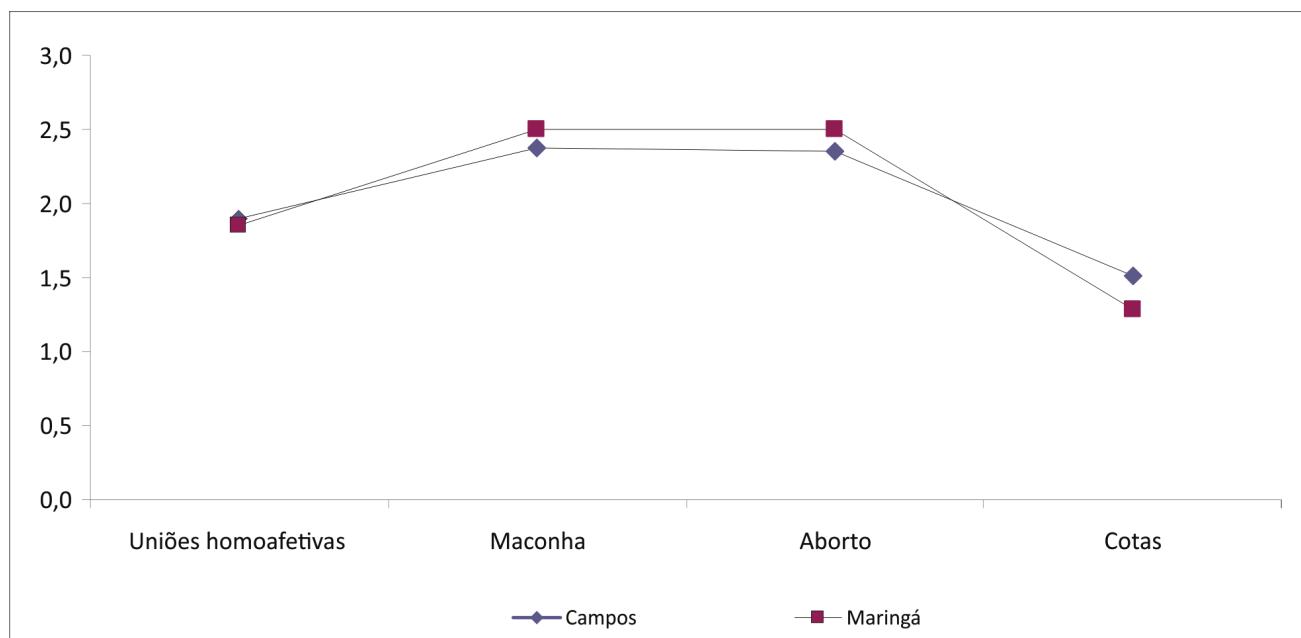


Gráfico 7. Campos e Maringá: Intensidade de conservadorismo, segundo seus componentes.
Graph 7. Campos and Maringá: Intensity of conservatism according to their components.

Fonte: Observatório das Metrópoles (2009, 2010).

metropolitanas (Coase, 1992), e aos ganhos de escala, percebidos nos polos regionais. Observe que os principais componentes da mobilização sócio-política em Maringá são, justamente, aqueles que envolvem pouco gasto de energia e envolvimento pessoal e que aquelas rubricas em que a intensidade de mobilização é maior em Maringá – financiamento de causas públicas, boicote de produtos e estabelecimento de contatos com políticos – não necessariamente implicam em enfrentar os vários problemas presentes no quotidiano das Regiões Metropolitanas. Diferentemente do que ocorre com os graus de associativismo e de mobilização sócio-política, o grau de conservadorismo é bastante elevado, nas duas populações – 1,99 em Campos e 1,98 em Maringá –, sendo a legalização do aborto e a liberação da maconha seus principais componentes. Apenas no que diz respeito ao estabelecimento de cotas para segmentos sociais, raciais e/ou étnicos nas universidades elas se apresentaram menos conservadoras.

Além de analisar a opinião do próprio entrevistado sobre os referidos temas polêmicos, analisamos suas posições sobre o comportamento das pessoas que defendem as legalizações da união homoafetiva, da maconha e do aborto.

Nas duas populações, em todos os casos, predominam indivíduos que, apesar de respeitarem a opinião das pessoas, não reconhecem o seu direito de externar sua opinião na tentativa de convencer outras pessoas. Porém, dadas as diferenças nos resultados – o número relativo de entrevistados que não reconhecem o direito de um indivíduo tentar convencer outras pessoas sobre a sua opinião é significativamente maior em Campos, em

todas as rubricas – e nos perfis das amostras, é possível inferir que, apesar de apresentarem praticamente o mesmo grau de conservadorismo, a sociedade campista é mais conservadora do que Maringá/Paiçandu/Sarandi.

Referências

- AZEVEDO, S. de; FERNANDES, J. de S. 2014. Polos regionais do Norte Fluminense e a Região Metropolitana: cultura política em perspectiva comparada. *Cadernos Metrópole*, 16(31):197-219.
<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3109>
- ABRANCHES, M.; AZEVEDO, S. 2004. A capacidade dos conselhos setoriais em influenciar políticas públicas: realidade ou mito? In: O.A. SANTOS JUNIOR; L.C.Q. RIBEIRO; A. AZEVEDO (org.), *Governança Democrática e Poder Local: a experiência dos Conselhos Municipais no Brasil*. 1^a ed., Rio de Janeiro, Editora Revan/Observatório das Metrópoles, vol. 1, p. 161-192.
- CABRAL, M.V.; SILVA, F.C. 2006. *Cidade e Cidadania: o "efeito-metrópole" sobre o exercício da cidadania política*. Lisboa, mimeo.
- CLARK, T.N.; HOFFMANN-MARTINOT, V. 1998. *The New Political Culture*. Boulder, Westview Press, 316 p.
- COASE, R. 1992. The Problem of Social Cost (El Problema del Costo Social). *Estudios Públicos*, n. 45.
- DOIMO, A.M. 2004. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In: L. AVRITZER (org.), *A participação em São Paulo*. São Paulo, Editora da UNESP, p. 123-196.
- GUTTMACHER INSTITUT. 2011. Long-term decline in U.S. abortions has stalled; provider harassment has increased. Disponível em: www.guttmacherinstitut.org/sections/abortion.php. Acesso em: 12/01/2011.

- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2014. Perfil dos Municípios. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29 Acesso em: 02/10/2014.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. 2010. Relatório de Pesquisa. Desigualdades Socioespaciais, Cidadania e Governança Urbana – A Região Metropolitana de Maringá. UEM/Fundação Araucária, 125 p. [mimeo].
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. 2009. Relatório de Pesquisa. UENF/UCAM/FAPERJ. [mimeo].
- PUTNAM, R.D. 1996. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 257 p.
- MOISÉS, J.A. 2010. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. In: J.A. MOISÉS (org.), *Democracia e confiança – por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo, Edusp, p. 77-122.
- SANTOS JUNIOR, O.A. dos; RIBEIRO, L.C. de Q.; AZEVEDO, S. de (org.). 2004. *Governança Democrática e Poder Local: a experiência dos Conselhos Municipais no Brasil*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Revan/Observatório das Metrópoles, 286 p.
- SMIDERLE, C.G.S.M. 2011. Entre babel e pentecostes: cosmologia evangélica no Brasil contemporâneo. *Revista Religião e Sociedade*, 31(2):78-104.
- SOUZA, J. 2003. *A construção social da sub-cidadania*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 207 p.
- URBINATI, N. 2006. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, 67:191-228. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452006000200007>

Submetido: 22/07/2014

Aceito: 12/03/2015